

História da Psicologia em Goiás

Anderson de Brito Rodrigues
Universidade Federal de Goiás – Brasil

Resumo

O artigo objetiva problematizar os saberes, as práticas e os discursos psicológicos que contribuíram para a construção do campo da psicologia em Goiás. Para o alcance desse objetivo, procurou-se compreender as raízes da psicologia no Brasil nos períodos colonial e imperial, assim como o processo de desenvolvimento dessa ciência no interior de áreas como a medicina e a educação. O texto permite compreender que a psicologia, no decorrer de sua história em Goiás, esteve relacionada à medicina e à educação. Pode-se dizer que os conhecimentos psicológicos foram fundamentais na difusão de uma nova concepção de educação, de criança e de sociedade, concepções estas que iam ao encontro do modelo de homem idealizado pelos projetos de modernização da sociedade e da cultura de Goiás.

Palavras-chave: História da psicologia em Goiás, Relação psicologia e educação, Formação de professores.

Psychology history in Goias

Abstract

This paper aimed to problem the psychological understandings, practices and discourses that contributed to the building of psychology in Goiás. For reaching this objective we tried to comprehend the bases of psychology in Brazil during colonial and imperial ages, as well as the developing process of this science inside areas as Medicine and Education. This work also allowed comprehending that psychology, throughout its history in Goiás, has been related to Medicine and Education. It can be said that psychological knowledge was essential on the diffusion of a new conception of education, child, and society; conceptions that went along with the human being model idealized by Goiás society and culture modernization projects.

Keywords: Psychology History in Goiás, Psychology and education relation, Teachers' formation.

São diversas as possibilidades de escrita acerca da história da psicologia e torna-se necessária a delimitação dos significados que a psicologia assume no Brasil ao longo de seu desenvolvimento.

A escrita dessa história é uma prática que não se faz ao acaso, mas é fruto da relação entre os sujeitos passados e presentes localizados no espaço social a ser reconstruído e da relação que o pesquisador constrói com sua problemática de pesquisa. Evidenciar essa postura implica assumir a pesquisa como fazer histórico, que é prática estruturante e estruturada pelo lugar ao qual se vincula.

O ato historiográfico, nesse sentido, foi tomado neste texto como perspectiva pertinente à indagação das práticas acontecidas na constituição do lugar histórico e social que é a

psicologia. Tal enfoque caracteriza-se como uma prática de pesquisa concreta, que está vinculada a significações construídas ao longo do passado e do presente, tempos inter-relacionados e cujo entendimento é imprescindível para a escrita da história da psicologia. Tal como afirma Massimi (2000):

a primeira característica da prática histórica é que, para podermos pensar o *passado*, nós assumimos uma posição a respeito dele, sendo que essa posição refere-se ao nosso presente: a condição para que nós possamos representar a diversidade do passado é o *lugar* que ocupamos em nosso presente. Com efeito, é a partir desse lugar que nós realizamos o trabalho histórico:

formulamos perguntas, recortamos o campo de interesse, optamos por determinados objetos e desistimos de outros, escolhemos certos documentos, compomos nossa reconstrução trilhando um certo caminho. (p. 11)

Ao tomar como objeto o processo de problematização da psicologia em Goiás, é interessante notar o modo pelo qual os conhecimentos psicológicos adquirem relevância perante a sociedade goiana. Para isso, o presente artigo tem por propósito problematizar a busca das origens dos saberes psicológicos ao longo da história de Goiás até a primeira metade do século XX. Ou seja, o caminho a ser percorrido vai desde o período de formação e ocupação do território goiano (século XVIII), momento no qual se encontram os primeiros sinais de saberes psicológicos na história da psicologia em Goiás, passando pela inserção da psicologia como disciplina componente dos currículos dos cursos de formação de professores na Escola Normal em Goiás (século XIX), explicitando seu desenvolvimento e sua consolidação como conhecimento que orientou as políticas e práticas educacionais no Estado, até a primeira metade do século XX.

Os elementos constitutivos dessa história foram buscados tomando a historiografia como uma prática de pesquisa que permite a apreensão de dados referentes ao objeto e a configuração histórica da psicologia através da utilização de fontes documentais. Dessa forma, nesse texto, procura-se, em um primeiro momento, apresentar algumas discussões a respeito do surgimento das idéias psicológicas no Brasil, bem como acerca da institucionalização da ciência psicológica e sua influência no campo médico e educacional. Em um segundo momento, problematizam-se os conhecimentos a respeito do psiquismo apreendidos em escritos datados do século XIX, que podem ser descritos como fontes primárias da historiografia da psicologia goiana. Os textos pesquisados apresentam conhecimentos, práticas e discursos sobre comportamento, caráter, habilidades, costumes, desenvolvimento intelectual, emoções, saúde mental e outros aspectos que fazem parte da origem das preocupações com o entendimento do psiquismo em Goiás. Por último, apresentam-se discussões acerca do desenvolvimento da psicologia em Goiás, como

um conhecimento que se origina no interior da medicina e, principalmente, da educação. Em relação ao campo médico, encontravam-se no século XIX saberes relativos à regulação da vida social que objetivavam a higienização dos hábitos e comportamentos, bem como a purificação dos espaços sociais. No terreno educacional, observa-se a existência de saberes psicológicos que se consubstanciavam em discussões acerca das formas de aprender, ensinar e sobre o processo de desenvolvimento dos educandos.

Desenvolvimento da psicologia no Brasil

A leitura sobre a história da psicologia no país reporta ao período colonial (século XVI – XVIII), no qual os saberes sobre o psiquismo humano sofrem influências europeias e indígenas, abordando os aspectos que, futuramente, viriam a constituir-se nos conceitos e na metodologia da psicologia como ciência. Tal período abriga estudos acerca dos comportamentos manifestos na esfera da cultura brasileira, assim como preocupações referentes àquilo que na atualidade pode ser designado como subjetividade. Os estudos realizados nessa época são pertencentes ao campo da “História das Ideias Psicológicas”, expressão utilizada por Massimi (1998), designando “a reconstrução dos conhecimentos e das práticas psicológicas próprios de específicos contextos sócio-culturais do passado, seus objetos sendo considerados na perspectiva de uma História Cultural: relativos ao meio em que foram construídos” (p. 11).

O campo da história das ideias psicológicas, segundo Massimi (1990), apresentando questões relativas ao psiquismo, compreende, no entanto, assuntos relacionados a outras áreas do saber como, por exemplo, moral, teologia, pedagogia, política, arquitetura e medicina.

No interior do campo médico, através das práticas psiquiátricas, os conhecimentos psicológicos encontraram espaço para florescimento de estudos acerca do funcionamento normal e anormal do psiquismo humano. A difusão do ideário psicológico no país ocorreu em grande parte com o auxílio das instituições médicas e faculdades de medicina, nas quais os alunos produziam escritos que eram a expressão do pensamento médico do período e versavam sobre questões ligadas à

psiquiatria forense, criminologia, neurologia, medicina social, neurofisiologia, personalidade, emoções, doenças mentais, psicofisiologia e higiene mental.

Cumprir destacar que, nos séculos XIX e XX, terrenos muito férteis para a difusão do ideário psicológico foram o Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, o Hospício do Juquery, em São Paulo, a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, de Recife, e as Ligas de Higiene Mental. A disseminação de tais ideias estava amparada por uma lógica que objetivava afastar dos espaços urbanos os indivíduos qualificados como alienados.

Por sua vez, a educação contribuiu para a sistematização e institucionalização dos conhecimentos sobre o psiquismo, principalmente através de cursos de formação de professores sediados nas escolas normais, que se constituíam como órgãos oficiais de produção e difusão dos conhecimentos psicológicos.

Os conhecimentos sobre os aspectos psicológicos produzidos no interior da área educacional foram elementos importantes para a consolidação da psicologia como campo de saber no Brasil. De acordo com Lourenço Filho (1955/2004), predominou no ensino brasileiro por mais de três séculos uma tradição herdada dos missionários jesuítas. O autor afirma que, a partir da transição entre os séculos XIX e XX, os conhecimentos psicológicos fizeram-se presentes nos currículos das escolas normais, instituições que, instaladas no Brasil a partir da década de 1830, tornaram-se fundamentais para a incorporação desse saber de forma sistematizada ao pensamento educacional. A psicologia passa a figurar nos currículos dos cursos das escolas normais no final do século XIX, sendo que o momento posterior foi propício para a criação de laboratórios de psicologia pelo país, a partir do impulso dado pela criação do *Pedagogium* em 1890.

O *Pedagogium*, idealizado por Rui Barbosa e organizado por Medeiros e Albuquerque, foi uma instituição pedagógica pioneira na psicologia brasileira. A essa instituição associaram-se os trabalhos de Manoel Bomfim e Plínio Olinto. Nele, foi instalado em 1906 um laboratório de Psicologia Experimental. Essa instituição destacou-se ainda por desenvolver uma psicologia desvinculada da prática psiquiátrica,

neuroológica e assistencial. Sua extinção aconteceu em 1919, embora se considere que suas finalidades tenham sido perpetuadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), criado em 1938.

A formalização do ensino de psicologia no Brasil aconteceu a partir de 1890, quando a disciplina passou a compor o currículo das escolas normais por determinação da Reforma Benjamin Constant, que substituiu a disciplina Filosofia por Psicologia e Lógica.

É, pois, ainda nas primeiras décadas do século XX que a educação torna-se o principal veículo de disseminação das teorias produzidas no campo da ciência psicológica. Exemplo disso são os laboratórios de psicologia existentes no interior das escolas normais ou outras instituições educacionais, que se tornaram os principais espaços de difusão e desenvolvimento da psicologia. Dentre as instituições educacionais, destacam-se as contribuições da Escola Normal de São Paulo, Escola Normal de Fortaleza e Escola Normal de Salvador.

A relação entre a psicologia e a educação acentua-se com a introdução de estudos referentes ao movimento escolanovista, que se pretendia renovador das práticas educacionais institucionalizadas no Brasil. Os ideais da Escola Nova, advindos inicialmente da Europa e posteriormente dos Estados Unidos, começam a se fazer presentes no cenário educacional brasileiro na primeira metade do século XX, quando o escolanovismo tornou-se pensamento hegemônico no campo educacional.

A partir da década de 1930, a psicologia começa, de certa forma, uma nova fase. Após 1934, torna-se disciplina obrigatória para o ensino superior (Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e todos os cursos de licenciatura), abandonando, segundo Pessotti (1988/2004), a “condição de disciplina opcional, acessória da Psiquiatria ou da Neurologia” (p. 220).

No que se refere à discussão de questões voltadas à psicologia prática e à organização do trabalho, algumas instituições merecem destaque, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado em 1931, realizando atividades relacionadas à seleção profissional; o Instituto de Administração da Faculdade de Economia e Administração da USP, que tinha como principais atividades o desenvolvimento de instrumentos de medida para pesquisa, tradução, padronização e adaptação de testes de

personalidade e inteligência; e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), criado na Fundação Getúlio Vargas em 1947, tendo como diretor Emílio Mira y López. Esta última instituição destacou-se pela prestação de serviços a empresas na área de seleção de pessoal e organização de cursos preparatórios de técnicos.

A década de 1950 é um período no qual se percebe um amplo desenvolvimento no processo de constituição da psicologia no Brasil, tanto no que se refere à adoção de referenciais teóricos criados no interior desse campo por outras áreas do conhecimento, quanto no que se diz respeito à formação do profissional em psicologia.

No período subsequente, os debates relacionados à formação e regulamentação da profissão de psicólogo tornaram-se intensos e passaram a figurar como temática em publicações, congressos e associações científicas. Essa movimentação culminou na década de 1950 com a criação dos primeiros cursos de Psicologia no Brasil, e em 1962 com a lei nº 4.119 de 27 de agosto, que dispôs sobre os cursos de formação em psicologia e regulamentação da profissão.

Saberes psicológicos em Goiás: uma incursão histórica pelos escritos do século XIX

Somente a partir do século XIX são perceptíveis os sinais que possibilitam a incursão pela história dos saberes psicológicos em Goiás em fontes primárias tais como: Pohl (1832/1976), Alencastre (1864/1979), Gardner (1846/1975), Leal (1892/1980), Magalhães (1863/1974) e Saint-Hilaire (1847/1975a; 1847/1975b). No desvelamento dessa história no referido Estado, buscou-se evidenciar como a presença de aspectos psicológicos era interpretada e representada nos séculos XVIII e XIX, constituindo um conjunto de saberes acerca do psiquismo. Ou seja, o comportamento, os traços de caráter e personalidade, habilidades, explicações referentes ao desenvolvimento intelectual, às emoções, à saúde mental, em suma, saberes acerca de caracteres constitutivos da subjetividade da população de Goiás que na atualidade podem ser designados por conhecimentos psicológicos.

As fontes mostraram referências a características comportamentais, traços de

caráter, emoções, temperamento, habilidades, talento, destreza, aptidões, inteligência, aprendizagem, desenvolvimento intelectual, moralidade, educação e criação dos filhos, costumes, hábitos, relações sociais, papel da mulher, gestação, parto, amamentação, diferenças entre raças, diferenças individuais e autoconhecimento. Ressaltaram a ocorrência de processos de aculturação, explicitando a substituição de costumes indígenas por hábitos provenientes de outras culturas. Por vezes, as obras referem-se ainda ao papel da educação, da religião e do trabalho como instrumentos de modificação do comportamento. Há também referências nas fontes a uma visão do comportamento como inato e hereditário, bem como de que este pode ser influenciado por fatores climáticos.

Em relação ao parto, o mesmo é descrito como sendo de fácil realização. Há um relato de que, após o nascimento da criança, a índia desloca-se até o rio com o intuito de banhar-se e lavar a criança. Pohl (1832/1976), ao percorrer a Capitania de Goiás, na segunda década do século XIX, destaca que o banho do recém-nascido e da mãe era uma prática comum durante todo o período de lactação.

Pohl (1832/1976) afirma também que a amamentação era realizada com muito desvelo pelas índias. As crianças mamavam em média até a idade de quatro ou cinco anos e suas mães utilizavam durante esse período uma faixa apropriada para mantê-las junto ao seu corpo.

Referências a tais questões podem também ser encontradas em escritos brasileiros datados do século XVI, por exemplo, no livro *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Fernão Cardim (1625/1925) relata que as índias, após o parto, vão lavar-se no rio e em seguida amamentam seus filhos. O autor afirma que as mães preocupam-se mais em cuidar dos filhos do que delas mesmas, que mantêm as crianças consigo durante todo o tempo em que estão desempenhando algum serviço, que não lhes castigam e sentem grande afeto por eles. A questão do parto, da amamentação e do relacionamento com as crianças também foi analisada pelo trabalho de Massimi (1990), no qual a autora afirma que os índios brasileiros nutrem grande amor pelas suas crianças e são preocupados com a criação das mesmas.

Sobre a preocupação dos indígenas com a criação de seus filhos, a opinião de Pohl (1832/1976) é a seguinte:

As crianças fazem, livremente tudo o que querem. Mesmo quando, por travessuras da idade, quebram os objetos mais estimados, não são castigados. Por isso, naturalmente, quase nunca se vêem crianças chorando, exceto quando estão doentes ou sentem dores. (p. 251)

Observa-se na transcrição anterior a alusão à falta de imposição de castigos às crianças como uma característica percebida em relação aos índios de Goiás. Percebe-se a existência entre os índios de uma consciência de que a violência era desnecessária no que tange à educação dos filhos, consciência essa que só na atualidade vem sendo valorizada entre os brancos.

A presença das crianças junto ao corpo da mãe, além de favorecer o vínculo afetivo, manifestava-se como uma necessidade imposta pelo papel assumido pelas mulheres indígenas na divisão sexual do trabalho nas tribos, que se relacionava, principalmente, à criação dos filhos. De maneira geral, os textos trazem subjacentemente a idéia de que as índias cuidavam bem de seus filhos, evidenciando uma noção de que a criança era um ser frágil e que precisava de proteção materna.

A educação é um dos aspectos que concorrem para a composição de um quadro de saberes psicológicos em Goiás. Em algumas dessas fontes, a referência à educação da população aparece mencionada como o grau de civilização da sociedade. Inseridas nessa acepção mais ampla de educação como cultura, aparecem questões relacionadas, por exemplo, ao processo civilizatório dos povos indígenas de Goiás.

Entre as fontes tomadas em estudo, percebe-se também uma descrição de concepções de aprendizagem e reflexões acerca do desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Magalhães (1863/1974) afirma que os habitantes da capital de Goiás, durante a década de 1860, dispunham de bastante inteligência e de aprendizagem rápida, porém considerava que, ao longo do tempo, os fatores climáticos interferiam nessa capacidade:

A inteligência aqui transborda em centelhas fulgurantes (...) Vê-se com admiração a rapidez com que aprendem tudo e a facilidade com que executam coisas que nunca aprenderam, somente com o auxílio de algumas idéias que se

lhes dão. Mas tudo isso esteriliza-se: o clima vai exercendo pouco a pouco sua ação deletéria, de modo que fenecem ordinariamente em botão essas flores que prometiam abundantes frutos. (p. 53)

Leal (1892/1980) apresenta uma situação hipotética acerca de diferenças existentes na vida de uma menina cuja inteligência foi estimulada pela convivência social e de outra desprovida de tais estímulos, considerada como tola:

Uma rapariga, que desde os primeiros dias da infância principia a conhecer o mundo, a lançar a vista sobre o bom e o mal, ilustrando-se e desenvolvendo-se de dia para dia, chegada a hora em que se avizinha do precipício, terá forças, saber, e conhecimento para evital-o, porque o cultivo da intelligencia e a pratica da vida, fazem-na poder distinguir o visível do apparente. Outro tanto não sucede á menina tôla, inexperiente, sem rudimentos de convivência". (p. 78-79)

Entende-se que essa ideia traz subjacentemente uma concepção de que o desenvolvimento intelectual não prescinde do desenvolvimento social, pensamento que apresenta uma noção interacionista do desenvolvimento humano, segundo o qual a inteligência é um processo que se desenvolve nas relações estabelecidas entre as pessoas e entre elas e o mundo.

Nas fontes, aparecem citados vários tipos de emoções. Dentre elas é possível destacar o amor, a nostalgia, a saudade, a tristeza, a cólera, a melancolia, o ódio, a paixão, a vingança, a alegria, o ciúme, o tédio, a obsessão, a monotonia, o desejo, entre outras.

A respeito das emoções presentes entre os índios no início do século XIX, Pohl (1832/1976) destaca que eles sentiam saudades e não conseguiam abandonar o seu antigo e livre modo de vida, e que as fugas dos aldeamentos eram muitas vezes motivadas pelas saudades das selvas em que nasceram, ideia que expressa o olhar eurocêntrico do autor.

Por sua vez, no relato acerca de viagem realizada por Goiás na década de 1840, Gardner (1846/1975) descreve o fato de ter vivenciado, por ocasião da separação de um amigo, um forte sentimento de depressão, que se manifestou por diversos dias.

Saint-Hilaire (1847/1975a), durante sua permanência em Goiás, observou a existência de concepções racistas. Segundo ele, os negros eram vistos pela sociedade goiana, em 1819, como possuidores de sentimentos inferiores aos dos brancos. Saint Hilaire (1847/1975a) realiza ainda uma reflexão sobre as próprias emoções ao discorrer sobre a forma das pessoas relacionarem-se sentimentalmente umas com as outras na sociedade:

Essa época foi certamente uma das mais felizes de toda a minha viagem. Desde o Rio dos Pilões eu não tivera a mais leve censura a fazer aos meus homens. Gozava de perfeita saúde e me ia habituando cada vez mais às fadigas e privações de cada dia. Chegava quase a lamentar que esse tipo de vida em breve fosse acabar. A paz e a liberdade que eu desfrutava naquelas solidões seriam certamente um dia motivo de nostálgicas lembranças. As pessoas que eu conhecia, nem que fosse por poucos instantes, mostravam-me apenas o seu lado bom... E me assustava a idéia de me ver de novo numa sociedade onde as pessoas se acham tão próximas umas das outras que em todas as coisas que fazem, por menores que sejam, acabam sempre por se magoar; onde as paixões atingem o mais alto grau de exaltação e onde parece sempre haver alguém pronto a achar erros nos outros para prejudicá-los. (p. 109-110)

Também estão presentes nas fontes aspectos relacionados à saúde mental dos indivíduos. Na década de 1860, Alencastre (1864/1979), por exemplo, utiliza o termo *loucura* para justificar os comportamentos de um religioso que se tornava extremamente agressivo ao menor sinal de contrariedade, realizando excomunhões e atos inquisitórios direcionados a autoridades civis e militares.

Ao discutir as definições dos conhecimentos psicológicos na medicina brasileira do século XIX, Massimi (1990) ressalta que:

A loucura passa então a ser chamada de “alienação mental”. Amplia-se também a sua etiologia: incluindo-se causas predisponentes – tais como o clima, a sexualidade, a idade, o temperamento, a profissão e o modo de vida – e causas

determinantes, ou seja, fatores físicos (componentes hereditários de distúrbios patológicos) e emocionais (devidos a problemas da vida familiar e às condições da sociedade moderna). (p. 51)

Questões referentes ao estado psíquico anormal também são sublinhadas por Leal (1892/1980), ao final do século XIX. O autor afirma que o estilo de vida dos habitantes da cidade de Pirenópolis, de recolhimento e sem o deleite de prazeres da juventude, ocasionava nas pessoas a hipocondria e a nevrose, considerada pelo autor como um mal endêmico naquela região. Em uma passagem do texto, Leal (1892/1980) destaca a ocorrência de uma situação em que, em uma reunião festiva em sua casa, realizou experiências de hipnotismo e magnetismo. Fez uso da hipnose para tentar sanar o problema de um rapaz que sofria de enxaqueca:

N’essa ocasião os nevroticos viram-se verdadeiramente confundidos diante do somnambulismo magnetico. Eis ahi o resultado de uma experiencia: o jovem Francisco Gordo soffria de uma enxaqueca. Deitado sobre uma cama, tentei a hypnotisação pela fixação de um objecto brilhante. Ao cabo de quatorze minutos sobreveiu somno profundo, conservando-se a audição. Fez-se a suggestão que constou do seguinte: – accordará bom e dormirá profundamente. Por um simples aceno o rapaz mostrou-se crente e obediente. Quando despertou sentia-se com effeito bom e apenas se queixava de fraqueza. (p. 86)

A referência aos fenômenos psicológicos e aos distúrbios psíquicos ora apresentados demonstra uma preocupação de Leal e de Alencastre com a saúde mental dos indivíduos. A preocupação com questões relativas à loucura, à hipocondria, à nevrose e à hipnose evidencia a ocorrência de saberes psicológicos na segunda metade do século XIX no Estado de Goiás. É interessante observar que, nesse momento, Charcot, em Paris, já utilizava a prática da hipnose como terapêutica no tratamento dos sintomas mentais que ocasionavam enfermidades físicas.

A leitura das fontes propicia uma interpretação sobre a adoção da religião e do trabalho como instrumentos de modificação e

controle do comportamento dos índios e da população das cidades.

Saint-Hilaire (1847/1975a) descreve quais eram as atribuições de um sacerdote de um aldeamento destinado à catequização dos indígenas. Além de celebrar missas aos domingos e confessar os *fiéis*, cabia a ele:

tornar cristãos aqueles homens infantis, tão dóceis e cordatos, protegê-los contra sua própria imprevidência, livrá-los das arbitrariedades dos seus guardas, prolongar sua existência por meio de bons conselhos, civilizá-los na medida do possível, tornar-se para eles uma espécie de segunda Providência. (p. 70)

Também são apresentadas nas fontes considerações que indicam que a maneira mais adequada de civilizar os índios não era através da imposição da fé cristã, mas que era necessário conquistar-lhes a confiança, a amizade e sociabilizá-los para, então, instruí-los nas doutrinas do Evangelho. Somente assim seria possível, comunicar-se com os índios e circular pacificamente por suas terras.

Os dados facultam a compreensão de que seria através do caminho da religiosidade que o povo goiano poderia reerguer-se, adquirir virtudes e conquistar lugar na sociedade civilizada. Do mesmo modo, o papel dos missionários era representado como o de instruir e edificar o povo, pregando o valor do trabalho e recriminando a ociosidade, apoiando-se para isso no ensinamento da sagrada escritura, inculcando-lhes princípios éticos, morais e religiosos.

Outra questão importante abordada nos relatos dos viajantes que percorreram Goiás no século XIX é a representação de trabalho como elemento transformador do comportamento dos indivíduos.), no início do século XIX, afirma que uma administração sábia e inteligente poderia despertar os habitantes da apatia e, por meio do trabalho, fomentar os “germes da prosperidade que uma Natureza generosa semeou à sua volta” (p. 124).

Saint-Hilaire (1847/1975b) destaca ainda que:

Acontece com o povo goiano o mesmo que ocorre com seu solo: atualmente só nascem plantas estéreis. Um pouco de cultura e algumas medidas inteligentes bastariam para fazê-lo produzir colheitas abundantes. O governo levou a uma

verdadeira degradação os infelizes colonos de Goiás. Já é tempo de que faça algum esforço para devolver-lhes a dignidade de homens e de cristãos. Germes promissores estão latentes neles, basta apenas fecundá-los. (p. 188)

Há um discurso presente no conjunto das fontes que afirmam que se Goiás se encontrava na situação de pobreza, isso se devia em grande parte à falta de motivação do povo para o trabalho. A expressão de tais ideias leva à pressuposição de que o trabalho era utilizado como forma de controle e modificação do comportamento dos habitantes de Goiás, induzindo-os ao trabalho, para que não fossem vistos pela sociedade como pessoas apáticas ou preguiçosas.

No entanto, por mais que a psicologia, no século XIX, ainda não se encontrasse delimitada como campo de conhecimento, é preciso concordar que os discursos presentes nas fontes estudadas e que fazem referência aos fenômenos psicológicos ora apresentados são importantes para o estudo de uma história dos saberes psicológicos em Goiás. Esse conjunto de reflexões explicita a presença de saberes psicológicos em Goiás no século XIX. Ou seja, ideias que evidenciam uma preocupação com aspectos relacionados ao comportamento, à afetividade, à sociabilidade, à cognição, à motricidade, entre outros elementos que contribuem, na atualidade, para a percepção de como se entendia a realidade psíquica e a subjetividade.

Medicalização dos espaços sociais no desenvolvimento da psicologia em Goiás

As preocupações com a saúde da população no Estado de Goiás datam do início do século XVIII, momento no qual se inicia o processo de povoamento do território goiano. No século XIX, havia escassez de médicos em Goiás, e as enfermidades eram por diversas vezes tratadas a partir da crença em ervas medicinais, amuletos e rituais mágicos. Nesse Estado, durante o período imperial, havia uma tentativa do poder público de regular o comportamento dos indivíduos adotando como instrumento a vigilância sanitária. Existia uma aliança entre os discursos médicos e políticos no que diz respeito a uma adequação dos hábitos e comportamentos como representação

de um ideário eugênico e higienista que se descortinava nos espaços e se materializava nas práticas médicas. A adoção de conhecimentos médicos no decorrer do século XIX correspondia também a uma lógica de controle por parte do Estado, no sentido de tornar as pessoas hábeis para o trabalho. No intuito de manter a salubridade, tornava-se necessário um controle que, através da vigilância sanitária, isolava os indivíduos. Fez parte do conjunto de ações de ordem sanitária, a instalação de hospitais e leprosários. Na cidade de Goiás, foi inaugurado, em 1826, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, que impôs alterações nos comportamentos dos habitantes.

O quadro da saúde pública em Goiás permanece inalterado até, pelo menos, a terceira década do século XX, época em que só havia dois hospitais no Estado. A manutenção dos doentes em sanatórios e leprosários era preocupação das autoridades locais, que consideravam necessário afastar da população as moléstias contagiosas.

A adoção de um saber médico em Goiás como estratégia de poder teve início no século XIX e perpetuou-se pelo século XX. Esse conhecimento médico comprova sua eficácia através do combate às doenças epidêmicas e endêmicas, interferindo na vida dos homens na sociedade. Campos (2002) evidencia a maneira pela qual o governador Pedro Ludovico operou uma ação médica no Estado de Goiás no campo das políticas públicas, na década de 1930. “Goiás é examinado como a um doente” (p. 170). Pedro Ludovico assume o esquadramento do Estado no que diz respeito ao saneamento como forma de derrubar as opiniões oposicionistas em relação à transferência da capital de Goiás para Goiânia.

Porém, a nova capital, nos primeiros anos de sua criação, era bastante deficiente no que diz respeito ao atendimento médico-hospitalar. Nos anos iniciais da nova cidade, havia poucos médicos que residiam em Goiânia, sendo que muitos recém-formados buscavam realização profissional e boa remuneração. Na tentativa de sanar, em parte, as carências da população, foi criada em Goiânia a Santa Casa de Misericórdia, mantida pela Sociedade São Vicente de Paula. Nesse movimento, aos poucos foram sendo criados outros hospitais e surge a necessidade de criação de um espaço de formação médica em Goiás. Até então, os conhecimentos médicos que ecoavam no

Estado eram produzidos no interior dos hospitais e eram também derivados da formação inicial dos médicos goianos, a qual era realizada em outros Estados do país. Em Goiás, embora esses conhecimentos circulassem e contribuíssem para a regulação dos comportamentos individuais na sociedade, esse ideário médico era proveniente das discussões realizadas em faculdades de medicina situadas em outros Estados. A autorização para o funcionamento do curso de Medicina em Goiás vem acontecer somente em 1960.

Sobre a produção e difusão do saber médico em Goiás, importa dizer que no século XIX, estes foram importantes para o processo de criação de um novo tipo de indivíduo necessário à reprodução da sociedade capitalista no Estado. A medicina alia-se ao Estado no que diz respeito ao controle individual ou coletivo, sendo portadora de saberes reguladores orientados para a produção de um conhecimento acerca da sociedade. Os saberes médicos no século XIX foram balizadores de uma política social de eugenia e higienização, que, no início do século XX, tem na psicologia nascente poderosa aliada.

Psicologia e Educação em Goiás

Em 1835, Goiás vê aprovada sua primeira lei de ensino, que dispunha sobre a obrigatoriedade da escolarização primária e secundária, no entanto, não havia dispositivo que discorresse sobre obrigatoriedade para o poder público de oferta desse ensino.

A criação do Liceu de Goiás, em de junho de 1846, e sua inauguração em 23 de fevereiro de 1847 representam a institucionalização do ensino secundário em Goiás. Em 1882, foi criado um curso normal para preparação de professores da instrução primária, como anexo ao Liceu. Suas atividades iniciaram-se, porém, apenas em 20 de abril de 1884.

A primeira sessão de Congregação da Escola Normal aconteceu em 07 de abril de 1884 no Liceu, e contou com a presença de alguns professores que se reuniram com o propósito de deliberar sobre a organização do programa de ensino e a distribuição da carga horária. O currículo apreciado contemplava as disciplinas de Português, Aritmética e Geometria, Física e Química, Pedagogia, Francês, Escolas Práticas, Geografia e História.

O Correio Oficial nº 18, de maio de 1884, apresenta em suas páginas a organização do programa de ensino da disciplina Pedagogia, o qual deveria seguir o método de ensino prático, que previa o ensino de princípios de psicologia: “Princípios de psychologia. Necessidade que tem o educador de conhecer as leis que presidem a evolução da intelligencia.” (p. 4).

No que tange à instrução pública, é importante destacar ainda o ato presidencial nº 4.116, de 29 de dezembro de 1886 (Goiás, 1887), que reorganizava a instrução pública secundária do Liceu. Destaca-se neste documento a inserção da psicologia como componente curricular da disciplina Filosofia, composta pelo seguinte programa: “Noções ontologias, psicologica, logica, moral, theodissea, rapido esboço da historia da philosophia” (p. 2).

O programa de ensino do Liceu, segundo o regulamento expresso pelo ato presidencial anteriormente referido, deveria ser revisto anualmente, objetivando a habilitação dos alunos para os exames gerais de preparatórios para os cursos superiores, que contemplavam as cadeiras de Português, Latim, Francês, Inglês, Matemáticas Elementares, Geografia e História, e Filosofia.

No ano de 1887, o programa para os exames gerais de preparatórios da disciplina de Filosofia abrangia os conteúdos referentes às avaliações escrita e oral. No que se refere à parte de psicologia, os conteúdos requeridos eram os seguintes (Goiás, 1887):

Psycologia

7. – O composto humano, passagem da physiologia á psychologia. Dos factos psycholicos. Faculdades da alma.

8. – Da sensibilidade em geral. Da sensibilidade physica. Das sensações.

9. – Da sensibilidade intellectual e moral. Sentimentos e affeições.

10. – Da intelligencia em geral. Da consciencia ou percepção intima.

11. – Da percepção externa. Elementos da percepção. Os sentidos e seus erros.

12. – Das idéas em geral: definições, differenças características, origem e formação.

13. – Da attenção. Da reflexão. Da comparação.

14. – Da rasão pura. Noções e verdades primárias.

15. – Do juizo. Do raciocinio.

16. – Da memoria. Da associação das idéas.

17. – Da abstracção. Da generalisação. Da imaginação.

18. – Da linguagem: difinição. Diferenças, classificaçãõ, origem e actualidade.

19. – Da vontade: do instincto e do habito. Da actividade livre.

20. – Da liberdade e suas provas: Difficuldades e theorias.

21. – Da unidade, identidade e espiritualidade da alma. Argumentos e objeções. União da alma com o corpo”. (p. 3-4)

É importante salientar que a presença da psicologia, como parte integrante do programa da Filosofia, no currículo do Liceu em Goiás é fato muito importante para a história da psicologia no Estado. Denota-se, pelo exposto, que não se tratava somente de noções de psicologia, dada a complexidade dos conteúdos programáticos, mas de um estudo sistemático de questões que, na atualidade, fazem parte da formação de psicólogos. No programa, podem ser observadas reflexões acerca da diferenciação entre os saberes psicológicos decorrentes da fisiologia e os conhecimentos produzidos pela psicologia, o que implica uma discussão acerca da delimitação de objeto e campo de conhecimento desta ciência, o que pode ser considerado um avanço para a época, devido à inexistência no Estado de espaços que pudessem abrigar essas discussões.

Depreende-se uma preocupação acerca do entendimento das sensações, das emoções, do intelecto, da cognição, da volição, da percepção, da racionalidade, da consciência, do comportamento, da linguagem, e da diferenciação entre corpo e alma.

A influência de pressupostos psicológicos na educação em Goiás, que tomavam como sustentação teórica as discussões acerca da Escola Nova, começa a ser percebida com maior ênfase a partir da segunda década do século XX. Observa-se, nesse momento, a atribuição de um novo enfoque à educação, que passa a adotar métodos de ensino que, influenciados por concepções educacionais escolanovistas, tomavam o educando como cerne da relação ensino-aprendizagem. Esse tipo de concepção educacional balizada pela Escola Nova possuía uma fundamentação

teórica em conhecimentos psicológicos que se relacionavam a uma concepção pragmática de educação.

As influências da Escola Nova e da Psicologia Educacional no Estado de Goiás podem ser evidenciadas ainda pelo decreto nº 8.538, de 12 de fevereiro de 1925, que, ao estabelecer o regulamento e o programa de ensino dos grupos escolares, expressava no artigo 15:

As lições serão organizadas dentro do programma que acompanha o presente regulamento, devendo os professores seguir o methodo analytico, ter em vista o desenvolvimento do raciocinio em vez do da memoria, evitando a parte doutrinaria, as theorias enfadonhas, ficando expressamente prohibido o uso dos alumnos decorarem compendios ou mesmo apontamentos fornecidos ou dictados pelos professores”. (p. 5)

Os meios para recompensar os alunos eram principalmente os elogios e a elevação de notas, e as penas cabíveis eram o aconselhamento individual, a repreensão perante a classe, reclusão após a aula para realização de trabalhos, informação aos pais sobre a conduta dos alunos, suspensão e expulsão daqueles considerados incorrigíveis. A exclusão dos alunos do sistema escolar só poderia ser aplicada após o aluno ter sofrido todas as penas ou, em casos mais sérios, a critério do diretor, que deveria abrir um inquérito com audiência dos professores e outros funcionários.

Muito contribuiu para a construção da nova realidade educacional goiana a professora Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, formada na Escola Normal de São Paulo e que ocupou o cargo de diretora do Grupo Escolar da Capital. Ao assumir a direção dessa instituição, disseminou entre as professoras primárias da capital algumas concepções acerca de uma pedagogia moderna. Além disso, promovia reuniões com o intuito de divulgar os novos métodos pedagógicos entre os docentes do Grupo Escolar, e foi responsável pela realização da primeira experiência de treinamento em serviço dos professores em Goiás.

Depreende-se que nesse momento ocorre uma mudança de foco nas propostas pedagógicas. A educação concebida pelos educadores escolanovistas como responsável

pela adaptação dos indivíduos à sociedade por meio de processos pedagógicos atribuía ao professor, aos métodos de ensino, ao indivíduo e ao conhecimento novo papel.

A tentativa de solução dos problemas da instrução pública em Goiás contou com o apoio de pessoas vindas do Estado de São Paulo, que apresentavam aos jovens mestres de Goiás ideias para a transformação da escola primária. Bretas (1991), afirma que o governador de Goiás fez um acordo com o Estado de São Paulo com a finalidade de trazer técnicos em formação de professores que assumissem por um período a administração da Escola Normal e organizassem o ensino normal e o ensino primário. E que, além disso, oferecessem um curso para os professores da Capital e para os diretores dos grupos escolares das cidades do interior do Estado. O autor ratifica que o governo de São Paulo indicou três professores de ensino normal para integrarem a “Missão Pedagógica Paulista” e afirma, ainda, que essa missão foi, por muito tempo, considerada impulsionadora de uma nova etapa do ensino primário e normal de Goiás. Essa missão foi composta pelos professores: Humberto de Souza Leal, que chefiava a missão e era técnico em ensino normal; José Cardoso, técnico em métodos pedagógicos e diretor de ensino; e Cícero Bueno Brandão, especialista em educação física escolar.

A imprensa da época noticiou que o professor Humberto de Souza Leal foi posto à disposição do governo de Goiás para desempenhar, junto a este Estado, atividades relacionadas à instrução pública. Além de promover uma reforma de ensino no Estado, ministrar cursos de aperfeiçoamento para os docentes e manter-se frente à administração da Escola Normal, a Missão Pedagógica Paulista veiculou teorias, métodos e práticas alicerçadas nas formulações de Decroly, Montessori, Dewey, Pestalozzi, Claparède e Ferrière.

A legislação sobre o ensino em Goiás assentava-se no ideário pedagógico liberal, centrando-se em um currículo pautado por atividades essencialmente empíricas. Brzezinski (1987) destaca que o cerne das questões educacionais nesse período em Goiás acompanhava as tendências nacionais que pretendiam instaurar a ideia do aprender fazendo e do aprender a aprender. Essa concepção promovia uma inversão de algumas questões pedagógicas, apresentando uma nova compreensão acerca do professor, do educando

e dos métodos de ensino. No que tange à formação de professores em Goiás, o enfoque dado ao ensino da psicologia atribuía ênfase aos métodos e processos pedagógicos, bem como ao papel do professor. Segundo Brzezinski (1987), a inserção da psicologia

fundamentaria a adoção do ensino individualizado, já que permitiria ao professor melhor conhecer as características pessoais e o ritmo próprio de cada aluno e atender aos seus interesses; levaria o docente a utilizar-se da escola como ambiente estimulador da descoberta, intuição e invenção e, por outro lado, permitiria entender que nada se pode impor de fora para dentro, pois criança interessada encontra autoridade em si mesma, estruturando, conseqüentemente, no grupo, regras de convivência social. (p. 113)

Essa maneira nova de perceber a educação abrangia o deslocamento do professor para o educando; dos conteúdos para os procedimentos pedagógicos; da lógica para a psicologia. No sentido de atingir tais fins, as matérias escolares deveriam ser organizadas de maneira a transformar a escola em espaço em que os conhecimentos difundidos fossem saberes necessários à vida em sociedade. Segundo Teixeira (1934/2000), para alcançar tal organização curricular seria necessário

fugir da organização “lógica”, que representa o seu último estágio de aperfeiçoamento, e, partindo da experiência da criança, desenvolver, cronologicamente, os diferentes passos da aquisição do conhecimento científico. A organização da matéria escolar ou das lições por essa forma educativa é geralmente chamada a *organização psicológica* em contraposição à *organização lógica* do especialista. Em essência, a organização psicológica representa a disposição da matéria ou da lição na ordem em que se realiza a experiência da criança. A organização lógica é o modo por que se organiza o que ela aprendeu da experiência”. (p. 77)

É possível deduzir a força desse pensamento psicológico consubstanciado no Regulamento do Ensino Primário de Goiás, decreto nº 10.640, de 10 de fevereiro de 1930.

Esse dispositivo dividia o ensino público primário de Goiás em: ensino infantil, ministrado para crianças de 4 a 6 anos, e ensino primário, que abrangia as crianças de 7 até 12 anos de idade. Essa lei estabelecia que o ensino infantil deveria ter duração de 3 anos e ser ministrado nos Jardins de Infância, anexos às Escolas Normais.

O decreto apresentava uma preocupação com as crianças menores de sete anos e propunha uma educação de caráter ativo, inserindo a criança no cerne do processo pedagógico, estimulando sua curiosidade, procurando desenvolver as suas aptidões, assim como satisfazendo os seus interesses. Tal regulamentação incluía ainda a necessidade de atingir esses objetivos adotando o uso de jogos e brinquedos que despertassem a atenção das crianças. Percebe-se, pois, que, muito embora possa se pensar que era atribuído um caráter de preparação da criança para o ensino primário, essa não era a finalidade principal do Jardim da Infância.

Assim, a finalidade da escola primária era oferecer às crianças conhecimentos que pudessem ser aproveitados em suas experiências cotidianas, por considerar que somente as noções suscetíveis de serem utilizadas nas ações triviais da vida são passíveis de serem incorporadas como hábitos mentais. O papel da escola fica evidenciado no artigo 61 dessa lei (Goiás, 1930):

A escola não se destina apenas a ministrar noções, mas é também uma forma de vida em *commum*, cabendo-lhe preparar a criança para viver na sociedade a que pertence e a compreender a sua participação na mesma, para o que é indispensável introduzam-se na escola os usos e processos da vida em *commum*, transformando-a de *classe sem sociabilidade* em uma sociedade em miniatura. (p. 17)

Não obstante, a lei nº 10.640 apresentasse inovações, ela conservava ou ainda difundia preconceitos existentes na sociedade, à medida que exigia para a efetivação da matrícula atestado médico que comprovasse ser a criança vacinada, não ter defeitos físicos repugnantes, não sofrer de qualquer moléstia contagiosa, nem conviver com quem a possuísse. Essa exigência e a adoção de outras medidas sanitárias pelas instituições escolares

demonstram a imposição de políticas higienistas aos integrantes da sociedade.

A partir desse período em Goiás, a psicologia começa a figurar, de maneira explícita, nas discussões acerca da educação, como resposta às dificuldades do professor em sua prática pedagógica. A psicologia passa a nortear as prescrições legais referentes ao modo de ensinar, aspecto que pode ser evidenciado também pelas contribuições da Missão Pedagógica Paulista. Essa colaborou com a construção de um ensino balizado pelo aprendizado ativo, que apresentasse aplicabilidade utilitária e estimulasse o desenvolvimento do espírito do educando, possibilitando-lhe o exercício da iniciativa individual e da capacidade crítica.

Nos anos de 1930, a Seção Pedagógica do *Correio Oficial*, suplemento especializado, que tinha como redator-chefe o professor José Cardoso, um dos integrantes da Missão Pedagógica Paulista, teve papel importante na difusão do pensamento educacional renovador. Essa seção destacou-se por ser a primeira publicação educacional do Estado de Goiás e estava imbuída da função de tornar-se instrumento de comunicação do ideário pedagógico escolanovista, resultante da Missão Pedagógica Paulista.

No artigo intitulado *A Psychologia na Escola Normal*, o professor Cardoso define a psicologia como “sciencia dos phenomenos conscientes” (p. 5). Sobre o fato do educando situar-se no centro do processo pedagógico, ele pondera que é necessário ao trabalho do professor consciente conhecer as questões referidas à inteligência e ao seu modo de funcionamento, explicado pela psicologia. Sobre essa temática lança a seguinte problematização :

“se a criança é o centro de todo o trabalho escolar, se ella é, principalmente nos dias presentes, o que mais importa ao educador, como suscitar e desenvolver nella os estados phisicos e mentaes, estes, sobretudo, preparando-a para a vida real, se se ignoram quaes são esses estados, quaes as leis que os regem, quaes os cuidados merecidos? Como governar o educando, senão travando relação com os principios directores do seu natural desenvolvimento, para o conhecimento indispensavel dos interesses proprios a cada etapa do seu

crescimento espiritual? E isto como conseguir? Com o estudo da pedagogia? Com os principios da didactica? Ninguem, uma vez conhecedor da finalidade dessas disciplinas affins, responderá pela affirmativa. Somente a psychologia como sciencia, desvendando os arcanos da alma infantil com o desdobrar dos phenomenos conscientes á analyse attenta do estudioso, poderá offerecer ao educador a base de que não póde prescindir para realizar proveitosamente a sua tarefa. Não se concebe, é mesmo inadmissivel que a educação se faça intelligentemente, sem o concurso das verdades psychologicas, que indicam ao mestre o caminho a percorrer para attingir a finalidade social da escola e do seu mister”. (p. 5)

Em Goiás, as contribuições dos educadores escolanovistas de São Paulo passaram pela elaboração de novos métodos de ensino, pela organização administrativa e pedagógica do sistema escolar, pela difusão de teorias educacionais que supunham a observação e a atividade como princípios basilares do processo de formação da criança. Esse esforço de transformação do ensino por intermédio de pressupostos psicológicos fazia parte de um processo de mudanças circunstanciadas na educação, que era a expressão de uma nova cena política e social no país. As influências da psicologia continuam presentes nas regulamentações subsequentes.

Em 1942, foi realizado o VIII Congresso Brasileiro de Educação, evento promovido pela Associação Brasileira de Educação, que objetivava examinar os problemas da educação primária fundamental, principalmente aquela destinada às populações rurais, e contou com a apresentação de diversos trabalhos, entre teses, memórias e comunicações, que em sua maioria discutiam a problemática da educação rural, embaladas pela influência do ruralismo pedagógico. Estiveram presentes no evento, Helena Antipoff e Ulisses Pernambucano, personagens importantes no cenário educacional brasileiro e que muito contribuíram para o avanço da ciência psicológica. De um modo geral, Antipoff propunha em sua exposição a revisão dos programas escolares de diferentes graus, objetivando uma articulação entre os mesmos. Para isso, acreditava ser possível adaptar os currículos à natureza das

crianças e às necessidades impostas pelo meio. Por fim, estudar de maneira criteriosa os objetivos e os limites dos programas dos cursos complementares ou pré-vocacionais, assentando-os em bases sólidas e práticas.

O governo de Goiás durante esse período, ao mesmo tempo em que deu subsídios à expansão do ensino privado, incentivou e subsidiou a ampliação da rede de ensino normal, alterando seus processos pedagógicos sob a égide dos princípios escolanovistas.

A necessidade de constituição de uma nova identidade para a população contava com o auxílio de teorias psicológicas das quais estavam imbuídas as práticas educacionais. O processo de construção e transferência da capital do Estado provocou alterações no modo de pensar a educação em Goiás, e isso ocasionou mudanças no modo de pensar a formação de professores primários, uma vez que o papel do professor reconfigurava-se diante dessa nova realidade, e frente a novos métodos e tendências pedagógicas. Um bom exemplo da força do escolanovismo no cenário político é o trecho de um discurso de Pedro Ludovico Teixeira, por ocasião da inauguração de um grupo escolar na cidade de Piracanjuba, transcrito na revista *Oeste* em setembro de 1944 (1944/1983),

“o ideal é fazer-se o ensino bem planejado, tènicamente organizado, pois, o professorado é hoje uma técnica. Quem não tiver os conhecimentos modernos necessários a essa missão, não está à altura do momento educacional que vivemos. As noções da Escola Nova, da pedagogia atual não são produtos de ciência abstrata. São conhecimentos perfeitos de experiências que se fizeram no correr dos séculos. São elementos positivos, de real valor na educação das crianças. O aproveitamento obtido pelos métodos modernos não se compara com o adquirido pelos antigos processos. Atualmente, na escola se plasma o homem do futuro. Dá-se à criança a estrutura que se quer. Plasma-se nela o homem que se deseja para a vida das nações. Uma prova concreta do que afirmamos se vê na Alemanha, na Rússia. Idealizou-se naqueles países um homem político e econômico, de acôrdo com as diretivas dos propósitos dos seus regimes governamentais. Com a

educação cientificamente orientada consegue-se um tipo física e espiritualmente estruturado, conforme as bases projetadas. Por essa observação se conclue, se aquilata a responsabilidade dos governos pela educação dos seus povos. Desde que na escola se faz o homem, impõe-se um zêlo, um carinho, um esforço enorme para que se constitua bem êsse homem. Esta é a razão primordial por que hoje os administradores cuidam com extremo desvêlo da educação de sua mocidade. Nela está alicerçada a grandeza dos povos”. (p. 803)

A respeito do enaltecimento das ideias escolanovistas em Goiás, é oportuno explicitar o posicionamento da professora Floraci Artiaga Mendes apresentado na revista *Oeste* (1944/1983):

“Concentraram-es, logo após, milhares de educadores notáveis, dos mais cultos países e, em Genebra, sob os céus puros dos Alpes, entre paisagens sonhadoras e tranquilas de alvas neves e lagos azuis, creou-se um novo Evangelho de paz para a humanidade ferida que se ia tentar redimir por uma política educacional baseada em puríssimos princípios filosóficos (...) ‘É assim como aproxima os homens, a Escola Nova visa aproximar as nações’, é a legenda que nesse quadro de bíblica beleza inscreve o nosso Lourenço Filho. A política panamericana encontra um perfeito estímulo nêsse espírito da Escola Nova e assim se tornasse também legítima realidade essa união fraternal entre todos os póvos do mundo! Infelizmente, o sonho dos apóstolos de Ferrière se interrompeu dentro de vinte anos, com a barbárie rediviva dos hunos do novo Átila da cruz swastica”. (p. 682)

Ao longo do tempo, a aproximação entre psicologia e educação possibilitou uma revisão dos processos de ensino tradicionais, manifesta pela adoção de um enfoque pedagógico voltado aos interesses e aptidões individuais. As informações apresentadas e a legislação educacional analisada evidenciam o modo como a psicologia esteve presente no pensamento pedagógico do Estado, desde o final do século XIX, direcionando, por sua

inserção no currículo, a formação de professores primários.

Considerações finais

Voltando o olhar, mais especificamente, para o objeto ora pesquisado, qual seja a problematização da história da psicologia em Goiás, o presente artigo orientou-se na busca de documentos que sinalizassem e auxiliassem na produção de uma escrita historiográfica acerca dos conhecimentos psicológicos em Goiás. A psicologia no Brasil e em Goiás não se revelou a partir do vazio. Destarte, no Brasil já havia desde o período colonial uma preocupação relativa ao entendimento das questões psíquicas e, em Goiás, a existência de saberes acerca de uma *psicologia* estava também presente durante o processo de formação territorial, conforme pôde ser constatado nas análises realizadas nas narrativas dos viajantes acerca do período referido.

Importa dizer que os saberes psicológicos em Goiás também apresentaram em sua origem relação com a medicina, fazendo parte, durante o século XIX e início do século XX, de um ideário de higienização e purificação dos espaços sociais, fundamentado em teorias eugênicas. Os conhecimentos médicos encontram na psicologia nascente, no final do século XIX, uma importante aliada. O estabelecimento de um modelo de limpeza das cidades, relacionado a uma lógica de ordenamento do espaço público, expresso pelo sanitarismo, implicou preocupação com a higiene mental e corporal da população. Postulava-se a incorporação de novos hábitos direcionados ao controle das doenças, à supressão da vadiagem, bem como ao afastamento da pobreza.

Embora a medicina em Goiás comportasse, no século XIX, saberes psicológicos que contribuíram para a história da psicologia no Estado, foi no terreno educacional que a psicologia logrou espaço para o seu desenvolvimento e consolidação. O surgimento da psicologia como disciplina componente dos currículos das escolas normais em Goiás ocorreu no início do século XX, porém, a inserção de noções de psicologia como componente curricular dos cursos de formação de professores como parte da disciplina Pedagogia é datada de 1884.

A análise da legislação educacional de Goiás do período confirmou que, a partir de sua

segunda década, a psicologia contribuiu para a reorganização do ensino público primário no Estado, enfatizando os aspectos intuitivos e reflexivos no processo de aprendizagem. Em relação ao professor, esse deveria conferir uma feição prática ao ensino, com vistas ao desenvolvimento da inteligência dos alunos. Nesse período, observa-se a atribuição, ao menos no plano teórico, de um novo enfoque à educação, que deveria adotar métodos de ensino orientados à prática, apreendendo o aluno como cerne dos processos pedagógicos. O processo pedagógico torna-se mais ativo e centrado na aprendizagem significativa, explicitando a presença de concepções escolanovistas. Porém, essa preocupação com a infância não significava a intenção de universalizar o ensino destinado a essa faixa etária. O ensino primário em Goiás, que era obrigatório na primeira metade do século XIX, chega ao final daquele século apresentando elementos que o caracterizavam como excludente no que diz respeito ao acesso, uma vez que vetava a matrícula aos escravos, aos portadores de moléstias contagiosas e aos que não estivessem imunizados por vacinação.

A renovação dos processos e práticas educacionais alicerçada nas teorias psicológicas de caráter escolanovista não foi um acontecimento isolado, mas fez parte de um movimento que se desenvolveu no Brasil a partir do início do século XX, alcançando seu ápice durante o governo getulista, iniciado na década de 1930, no qual foi criado o Ministério da Educação e Saúde e foram instaladas as primeiras Universidades no país. É importante ressaltar que essa movimentação não se iniciou no governo de Getúlio Vargas, visto que já na década de 1920 a Associação Brasileira de Educação (ABE) congregava profissionais que discutiam os problemas da educação nacional sob a égide de princípios renovadores e reivindicava seu equacionamento pelo poder público. Esses questionamentos culminaram na elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, que reclamava a nacionalização do ensino, a articulação entre reformas educacionais e reformas econômicas, a adoção de um ensino laico, a obrigatoriedade da educação escolar, entre outros aspectos.

Em Goiás, a política educacional implementada a partir da implantação do governo de Pedro Ludovico, instaurado pelo governo revolucionário de Vargas em 1930, estava atrelada aos interesses do Estado de

alcançar progresso, superar as desigualdades e formar cidadãos adaptados ao modelo capitalista de produção.

A psicologia em Goiás, influenciada pelo movimento escolanovista, colaborou para as discussões e proposição de métodos pedagógicos eficazes no processo de formação de indivíduos inteligentes, ativos, criativos e que se moldassem ao modo de produção capitalista. Logrou espaço nos currículos propostos pelas políticas educacionais e seus conhecimentos começaram a ter maior importância no que se refere à forma de perceber a criança em seu processo de formação. Passou, aos poucos, de princípios de psicologia no currículo da disciplina Pedagogia, e foi gradativamente autonomizando-se até ocupar parte significativa da carga horária dos cursos de formação docente.

A importância da presente discussão reside na possibilidade por ela oferecida de se desenhar um mapa da história da psicologia no Estado de Goiás, procurando descrever os principais acontecimentos relativos ao desenvolvimento desse campo, bem como afirmando a potencialidade da pesquisa histórica acerca da psicologia no Estado.

É interessante observar, portanto, que esta história não é a única possível. É fruto de uma tentativa de sistematização, dentre outras possíveis, das várias versões acerca do modo pelo qual a psicologia no Brasil e em Goiás originou-se como saber psicológico e desenvolveu-se, conquistando espaço de atuação e configurando-se como campo de conhecimento.

Referências

- Bretas, G. F. (1991). *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG.
- Brzezinski, I. (1987). *A formação do professor para o início da escolarização*. Goiânia: UCG/SE.
- Campos, F. I. (2002). Mudança da capital: uma estratégia de poder. In T. R. Botelho, et al. *Goiânia: cidade pensada* (pp. 169-184). Goiânia: UFG.
- Cardim, F. (1925) *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria João Leite. (Trabalho original publicado em 1625).
- Lourenço Filho, M. B. (2004). A Psicologia no Brasil. In M. A. M. Antunes, (Org.). *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (pp. 71-108). Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia. (Trabalho original publicado em 1955).
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU.
- Massimi, M. (1998). A História das idéias Psicológicas: uma viagem no tempo rumo aos novos mundos. In G. Romanelli, Z. M. Biasoli-Alves (Orgs.). *Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa* (pp. 11-30). Ribeirão Preto: Legis Summa.
- Massimi, M. (2000). Historiar a Psicologia: assumindo uma perspectiva e um lugar de observação. In *Anais do 1º Seminário de Historiografia da Psicologia* (pp. 11-31), no Instituto de Psicologia da USP. São Paulo: GEHPAI/FAPESP.
- Pessotti, I. (2004). Notas para uma história da Psicologia no Brasil. In M. A. M. Antunes (Org.). *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (pp. 209-227). Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia. (Trabalho original publicado em 1988).
- Teixeira, A. (2000). *Pequena introdução à Filosofia da Educação – A Escola Progressiva, ou, a Transformação da Escola* (6. ed.). Rio de Janeiro: DP&A. (Trabalho original publicado em 1934).

Memórias e Relatos de Viagem:

- Alencastre, J. M. P. de. (1979). *Annaes da Província de Goyaz*. Goiânia: SUDECO, Governo de Goiás. (Trabalho original publicado em 1864).
- Gardner, G. (1975). *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1846).
- Leal, O. (1980). *Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)*. Goiânia: UFG. (Originalmente publicado em 1892).

- Magalhães, J. V. C. de. (1974). *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três. (Trabalho original publicado em 1863).
- Pohl, J. E. (1976). *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1832).
- Saint-Hilaire, A. (1975a). *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1847).
- Saint-Hilaire, A. (1975b). *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1847).
- Goiás. (1925). Decreto nº 8.538, de 12 de fevereiro de 1925. *Regulamento e Programma de Ensino dos Grupos Escolares do Estado de Goyaz*. Caixa nº 03. Decretos – Goiás. Arquivo Histórico Estadual.
- Goiás. (1930). Ano LXXIV, nº 1.693, Seção Pedagógica, *Correio Oficial*, ano I, nº 1, de 6 de maio de 1930. Arquivo Histórico Estadual.
- Goiás. (1930). *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás. Decreto, 10.640, de 10 de fevereiro de 1930*. Regulamentos – Goiás. Arquivo Histórico Estadual.
- Oeste. (1983). Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944. Goiânia: UCG-CEF. (Trabalho original publicado em 1944).

Documentos:

- Goiás. (1884). Ata da 1ª sessão de Congregação da Escola Normal em 07 de abril de 1884, *Correio Oficial*, ano XLVII, nº 18, de 02 ou 03 de maio de 1884. Arquivo Histórico Estadual.
- Goiás. (1887). Ato presidencial nº 4.116, de 29 de dezembro de 1886. *Correio Oficial*, ano 52, nº 1, de 8 de janeiro de 1887. Arquivo Histórico Estadual.

*Enviado em Abril de 2009
Revisado em Maio de 2010
Aceite final em Maio de 2010
Publicado em Junho de 2010*